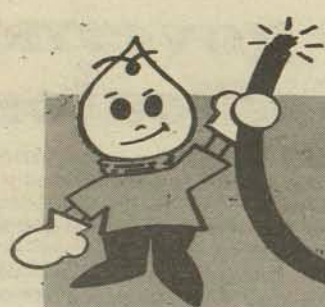




Nº 161 12/12/91

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Sinergia define nova concepção de sindicato

Com os acordes de Cio da Terra, de Milton Nascimento, interpretado por Cássio Moura (guitarra) e Márcia Dutra (sax soprano) e com a declamação de um poema pelo seu autor e diretor de cultura do Sinergia, Dinovaldo Gilioli, foi aberto o 1º Congresso dos Eletricitários da Grande Florianópolis. Setenta e cinco delegados, mais 27 convidados e 3 observadores participaram dos debates iniciados na noite de sexta-feira, dia 6, sendo concluídos às 23 horas de sábado.

Entre as principais resoluções está aprovação de uma concepção de sindicalismo expressa nas teses assinadas por Luis César Vieira e Delmar Ferreira. A tese do "sindicato cidadão" deverá balizar a prática da entidade. A base da concepção adotada pelo Congresso é o entendimento de que o trabalhador antes de tudo é um cidadão, cabendo ao sindicato atuar não apenas na esfera imediata das contradições das rela-

ções de trabalho, mas na plenitude da vida, ou seja, no lazer, esporte, cultura, problemas de moradia, saúde, habitação, etc..

Concepção de sindicato também foi o tema da palestra de Durval Carvalho, secretário de política sindical da CUT Nacional (veja entrevista neste jornal). Ele deveria debater com um representante da Força Sindical que não compareceu porque segundo disse um dirigente da entidade por telefone "a Força considera coisa de idiota debater com a CUT". Outro convidado, o escritor Ozéas Duarte, não compareceu por problemas de saúde.

O advogado trabalhista gaúcho, Luiz

Carlos Moraes, falou na chuvosa manhã de sábado sobre a relação da Justiça do Trabalho com o Movimento Sindical e especialmente sobre a proposta de Contrato Coletivo de Trabalho (veja matéria neste jornal). Moraes também fez uma palestra, pois o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Airton Nascimento, que havia confirmado presença, não compareceu.

A vida do sindicato propriamente dita foi discutida nos grupos de trabalho que se reuniram na tarde de sábado. Aí a conjuntura nacional, o balanço organizativo da entidade, a reformulação dos estatutos e a elaboração do plano de ação

ocuparam os participantes.

A plenária final, realizada na noite de sábado, definiu um plano de ação estruturado sobre a tese do "sindicato cidadão". Investir na organização de base, elaborar um programa de formação sindical, realizar uma pesquisa sobre o perfil sócio-cultural da categoria e sobre o Linha Viva foram algumas das propostas aprovadas. Pelo que deliberou a plenária o Sinergia deverá atuar, também, no sentido de elaborar políticas públicas (sobre energia, saneamento, moradia, etc...) e um programa sobre saúde do trabalhador que trate desde a segurança no local de trabalho até a transparência do sistema previdenciário e de saúde pública.

Embora não tenha havido uma avaliação oficial, a maioria dos participantes do Congresso e dos diretores do Sinergia consideram que o evento superou as expectativas, especialmente devido ao nível dos debates ocorridos.

Grupos de trabalho aprofundaram discussão



Fotos: Gastão Cassel

AUDIÊNCIA



Fleury é contra demissões

CNE entrega documento ao governador de SP

O Comando Nacional dos Eletricitários - CNE, entregou dia 6, em Florianópolis, um documento ao governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, onde solicita uma "ação imediata no sentido de sustar toda e qualquer demissão arbitrária e desnecessária nas empresas do Grupo Eletrobrás". Fleury garantiu que intercederia em favor do Comando e salientou que tem posições contrárias às do governo no que diz respeito a reformulação do modelo do Setor Elétrico.

Fleury esteve no Sul do país falando do movimento "Opção Brasil", onde o governador propõe uma frente contra a recessão e pela retomada do desenvolvimento do país. Fleury falou ainda do Fórum Paulista de Desenvolvimento, onde ele procura articular empresários no esforço de incrementar a oferta de empregos e impulsionar a produção industrial.

A intervenção do CNE junto ao governador se deu "em função do caráter anti-recessivo que tem a luta contra as demissões no Setor Elétrico", comentou José Fontoura Dutra, diretor do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão e membro do CNE.

O documento relata que desde o início do governo Collor houve uma redução de 20% no pessoal do Grupo Eletrobrás, decorrente de aposentadorias, demissões voluntárias e demissões incentivadas, somando cerca de 10 mil trabalhadores a menos no setor elétrico. O texto utiliza as palavras do próprio Ministro da Infra-Estrutura, João Santana, como argumento contra novas demissões: "a reforma administrativa chegou ao limite no setor elétrico", disse o ministro ao jornal Gazeta Mercantil.

O Comando Nacional dos Eletricitários salientou sua preocupação com relação a novas demissões com base na Resolução nº 04 do Comitê de Controle das Empresas Estatais (publicada no Diário Oficial) que determina mais 3 mil demissões no Setor.

Argumentos econômicos também foram expostos a Fleury: "a queda dos custos operacionais do setor e o aumento das tarifas acima da inflação garantem um faturamento maior que US\$ 18 bilhões, o que assegura, se as despesas se mantiverem em níveis atuais, uma sobra de US\$ 12 bilhões, que dá para pagar dividendo, pagar o serviço da dívida e ainda melhorar e ampliar o sistema".

O documento do CNE foi recebido por Fleury na única audiência que ele concedeu na sua passagem por Santa Catarina.



Atividade artística na abertura do Congresso

Celesc não obedece Justiça

Ser preso, na frente de centenas de empregados. Esta pode ser a punição para os responsáveis, dentro da Celesc, pelo não cumprimento do mandado da Justiça de reintegração do leiturista Pedro Paulo Machado. O SINERGIA já comunicou ao juiz o descumprimento do mandado e solicitou que a empresa seja considerada como "litigante de má fé". Por isto estas pessoas sofrerão as penas legais — seja na área trabalhista como na penal — que podem levar os responsáveis pela desobediência a serem encarcerados.

Pedro Paulo Machado trabalhou como leiturista há quase quatro anos. Ele é filho do famoso "Seu Puruca", eletricista aposentado da Celesc. Na sexta-feira, dia 5 de dezembro, um oficial de Justiça e diretores do SINERGIA acompanharam Pedro Paulo até a administração central da Celesc, para assistir

sua reintegração.

Depois de muita procura por alguém que o recebesse, o empregado foi afinal atendido pelo Departamento Jurídico e encaminhado ao DPRH. Lá ficou combinado que no dia 10, terça-feira, ele se apresentaria ao Departamento Regional de Florianópolis para reiniciar seus serviços.

No entanto o departamento jurídico da Celesc, como diz o secretário-geral do SINERGIA, Arno V. Cugnier, "se tornou renitente e usou sua fértil imaginação" para elaborar um documento, chamado no meio jurídico de "agravo de instrumento" mandando que o empregado se apresentasse na empresa interposta.

Foi por causa disto que o SINERGIA comunicou ao juiz o descumprimento do seu mandado e solicitou a punição dos responsáveis.

GREVE

11 mil paralisados na CEEE

Guto Moisés
Assessor de Imprensa Senergisul

Os eletricitários gaúchos que trabalham na CEEE, 11 mil no total, estão em greve há mais de uma semana com uma adesão de 98% da categoria.

Eles reinvidicam 190% de recomposição salarial. A primeira proposta do governador Alceu Collares (PDT), na quarta-feira passada, foi feita duas horas antes da assembleia geral da categoria para decidir sobre a greve. A proposta era de 69,40% de reposição em três parcelas, que foi totalmente rejeitada. As negociações entre sindicato e empresa já duravam 50 dias.

Na segunda-feira, dia 09 de dezembro, os eletricitários fizeram novas assembleias para examinar a segunda contra-proposta que concedia 90% do INPC do período. A

rejeição foi total e a greve continua por tempo indeterminado.

Manuel Valente, presidente do Senergisul, disse que o resultado da assembleia serve como resposta ao secretário das Minas e Energias, Nilo Quaresma, que disse que os eletricitários iriam "engolir" a proposta da CEEE. Quaresma, na sexta-feira passada, expulsou a comissão de negociação de sua sala, aos gritos. Na saída o deputado pedetista, Antônio Barbedo, que é vice-presidente do Senergisul, disse que a atitude do secretário "não corresponde com a tradição e filosofia do PDT, que é um partido com suas origens voltadas ao trabalhismo".

Segundo Valente "o tempo de impor proposta ao trabalhador é coisa do passado".

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários do Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cansel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamozzin. Ilustração: Franci Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Projeto do governo ameaça sindicatos

Um grande perigo espreita os trabalhadores brasileiros, escondido atrás do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, elaborado pelo governo, que vai regulamentar o artigo da Constituição que trata da organização sindical. O alerta é feito pelo advogado trabalhista gaúcho, Luiz Carlos Moraes, que participou do 1º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis e Região.

No debate com o advogado ficou claro que somente a luta dos trabalhadores, em todo país, poderá fazer frente a este projeto das elites nacionais. Moraes diz que congressos como o realizado em Florianópolis são muito importantes no caminho de sustar a intenção do governo de liquidar com o sindicalismo brasileiro.

Para o advogado — que há 20

anos trabalha com sindicatos e atualmente assessora no Rio Grande do Sul os sindicatos dos bancários, metalúrgicos, petroquímicos e petroleiros — o projeto do governo vai incidir diretamente nas organizações sindicais. "O final de tudo isto vai ser a pulverização do movimento sindical, na medida em que o projeto trabalha com uma perspectiva de sindicato por empresa, semelhante ao sindicalismo norte-americano. Isto está acontecendo em toda América Latina".

Analisando o quadro político brasileiro atual o advogado diz que há uma grande dificuldade da sociedade bancar uma contraproposta e a composição do Congresso Nacional facilita a aprovação de várias propostas existentes no projeto e que seriam prejudiciais aos trabalhadores. O máximo que os representantes populares em Brasília estão conseguindo é paralisar sua tramitação no Congresso.

A própria crise porque atravessa o sindicalismo nacional é outro fator a enfraquecer a oposição a ele, por isto, "este tipo de congresso de Florianópolis, onde se estabelece um processo de discussão muito franco, muito aberto, muito duro, sobre os métodos, os rumos do movimento sindical, pode levar a que se construa algum tipo de alternativa".



Moraes acha que movimento será pulverizado

ALTA TENSÃO



Justiça do Trabalho entra em recesso

Devido ao recesso anual das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho, entre 11 de dezembro a 10 de janeiro, o Departamento Jurídico do Sinergia não fará atendimento neste período. No entanto informações sobre andamento de processos continuarão sendo prestadas normalmente.

Sinergia faz sua avaliação anual

O Sinergia esteve fechado ontem durante todo o dia. A razão disso foi a avaliação anual que reuniu diretores e funcionários da entidade. A reunião durou o dia inteiro e aconteceu na sede da Federação dos Trabalhadores

no Comércio. Cada departamento foi avaliado, assim como o desempenho global do sindicato nas mais diversas frentes de trabalho. O próximo passo será o planejamento das atividades para 1992. O departamento de Formação Sindical coordenou os trabalhos.

Jornal tratará de modelo do Setor

O departamento de Imprensa do Sinergia está preparando uma publicação especial para discutir a proposta do Comando Nacional dos Eletricitários para o modelo institucional do Setor Elétrico Brasileiro. A referida proposta está sendo apresentada à subcomissão de energia do Senado Federal.



Pazin e sindicatos no desfecho da campanha salarial

Intersul assina acordo

A Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil — Intersul — e a Eletrosul assinaram dia 6 o Acordo Coletivo 91/92, que trata das questões específicas dos empregados desta empresa. Na reunião de assinatura estavam presentes os representantes dos sindicatos da Intersul e o diretor administrativo da empresa, Hilário Pazin.

Além da assinatura do documento, cujo conteúdo já é conhecido dos eletricitários e aprovado em assem-

bléias, a reunião serviu para uma discussão de duas questões que continuam pendentes: liberação de dirigentes sindicais e desconto da contribuição confederativa. Ambas dependem de pareceres jurídicos mas, na verdade, o que mais pesa é a deliberação política que a empresa tem que assumir diante dos dois temas. Em breve nova reunião entre Intersul e empresa devem tratar destes assuntos.

Aprosul perseguida

Numa decisão inédita da história da Eletrosul, a direção da empresa negou a liberação de 35 diretores e delegados da Aprosul — Associação dos Profissionais da Eletrosul para a realização de uma plenária nos dias 12 e 13 de dezembro. A direção da Aprosul, diante disso, resolveu adiar a plenária, mas ainda não tem previsão de data.

O presidente da Aprosul, Cláudio Corradini, estranha a resolução assinada pelo presidente da empresa, Amílcar Gazaniga, e pelo diretor administrativo, Hilário Pazin. "Mesmo na gestão Gazaniga nós já realizamos três plenárias deste tipo e nunca tivemos problemas de liberação", lamenta Corradini.

Para a Associação, há um equívoco da direção da Eletrosul. "Eles confundem os conceitos de empresa

com o de diretoria da empresa e esquecem que a associação também faz parte da vida da empresa", adverte Corradini.

A pauta da plenária previa a avaliação do ano de 91 e o planejamento de 92, além de uma palestra do presidente do Conselho de Administração da Eletrosul, de um relato da proposta de modelo institucional de setor elétrico elaborada pelo Comando Nacional dos Eletricitários e a apresentação da nova assessoria jurídica da entidade.

Corradini avalia que a negativa de liberação "é uma atitude autoritária que revela o tipo de tratamento com os empregados bem característicos desta gestão".

Sindical. Enquanto isso, se fala em demissões no setor elétrico e se nega a liberação de dirigentes sindicais.

Mesquinha corre solta na Eletrosul

O pessoal atingido por punições por ter participado da última greve da Eletrosul vai ser novamente penalizado. Desta vez, contrariando o disposto pelo Manual de Pessoal (que diz que só não serão reenquadradas as pessoas punidas nos últimos seis meses antes da vigência do enquadramento), a direção da Eletrosul resolveu "dilat" este prazo para 12 meses e marcou como prazo de vigência o dia 1º de outubro de 91, coincidindo com o período de greve do ano passado.

TRIBUNA Livre

Uma direção colegiada para o Sinergia

Glauco C. Marques
Diretor do Sinergia

Estabelecida na CLT, a tradição imposta ao Movimento Sindical no Brasil, definiu uma estrutura vertical, corporativa, autoritária e dependente do Estado. Várias propostas têm sido encaminhadas e implementadas no todo ou em parte, buscando romper com esta tradição: a idéia da Central sindical e dos departamentos por categorias econômica na central, o fim das Federações e Confederações, o fim do Imposto Sindical e do assistencialismo, a organização por local de trabalho, o desenvolvimento de políticas culturais e de formação, a interação dos sindicatos com os demais movimentos sociais e a formulação de políticas para a sociedade.

Após o fim do estatuto padrão, grande parte dos sindicatos partiram para alterações visando democratizar a gestão das entidades, rompendo com a centralização e as decisões autoritárias.

Importante passo neste sentido foi dado em nosso Sindicato com o estatuto vigente desde abril de 1990, definindo a constituição de um Conselho Deliberativo. No entanto, ainda permanece em nosso estatuto a visão, embora esta possa não ser a prática, da centralização e da personalização da gestão através da estrutura presidencialista.

Entendendo ser necessário avançar na democratização da entidade, foi proposto no 1º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis que a diretoria fosse constituída por uma coletivo com funções específicas definidas em estatuto, sem hierarquias entre seus membros. Concretamente foi proposta uma gestão via colegiada. As atribuições de coordenação para eventos e questões determinadas seriam definidas pontualmente pelo critério do consenso e, em último caso, pela decisão da maioria. Caso fosse aprovado este princípio, seria necessária uma revisão completa do estatuto, suprimindo-se a figura do presidente. Evidente que esta tarefa não poderia ser efetuada no Congresso, devendo ser remetida para a(s) assembleia(s) geral(is) que aprovariam ou não as propostas de alteração. Tratava-se, no fundo, de formalizar o que já vem sendo praticado na direção da entidade, entendendo-se que se é possível afirmar que a simples mudança na forma de gerir não implica na automático aprofundamento da democracia (conteúdo), é inegável que a existência de formas que possibilitam tal aprofundamento, sem dúvida amplia as condições para que isso venha ocorrer.

Infelizmente, pelo menos neste Congresso, esta proposta ainda não obteve consenso. No entanto, se quisermos dar consequência a concepção sindical aprovada, a qual se baseia numa ação radicalmente democrática, debatida e orientada coletivamente, através da mediação ética com fins universais, questões como esta deverão ser permanentes, informando toda nossa vida na esfera pública e em particular no movimento sindical.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

“Sindicalismo deve ser reciclado”

O secretário de política sindical da CUT Nacional, Durval Carvalho, um dos debatedores presente ao I Congresso dos Eletricitários de Florianópolis e Região, acredita que o momento atual exige uma reciclagem do sindicalismo brasileiro. Esta reciclagem deve passar obrigatoriamente por uma visão que trate o trabalhador como um cidadão. E o primeiro pedaço da estrada já pode ser vislumbrado: é proporcionar a formação do trabalhador para que ele possa exercer seus direitos plena e democraticamente.

LV — O que está acontecendo com o sindicalismo brasileiro hoje?

DC — Estamos vivendo um momento de crise e de impasse. A crise é de modelo. O modelo que construímos, de um sindicalismo mais agitativo e combativo, foi um modelo que não conseguiu superar, com a profundidade necessária, a estrutura sindical tradicional, envelhecida, que tem na sua origem uma concepção profundamente corporativista e economicista, com elementos de autoritarismo e personalismo muito fortes. Esta crise tem aspectos positivos porque está colocando para a militância sindical dos anos 90 a necessidade de reciclar esta experiência numa fase de luta política, luta econômica e social dos trabalhadores, em que o modelo neoliberal tenta uma nova forma de dominação em todo mundo, com repercussões diretas no Brasil.

LV — E a base, onde ela entra nesta reciclagem?

DC — A base terá que ser, mais que nunca, o elemento central, o sujeito da ação sindical direta a partir da organização nos locais de trabalho.

LV — Já está claro como isto será feito?

DC — Para isto é necessário um processo de formação, de reflexão sobre a economia, sobre sociologia, e ao mesmo tempo vai exigir uma reciclagem da própria liderança sindical para que se possa superar uma cultura sindical desenvolvida até agora: a cultura de uma mensagem centrada na denúncia e na negação. O que precisamos é continuar com



Durval aposta na “base” como centro de nova prática

a denúncia, continuar a fazer a negação da exploração dos trabalhadores, mas precisamos ao mesmo tempo qualificar a liderança sindical e os trabalhadores no sentido de adquirir o conhecimento. Só através da aquisição do conhecimento nos tornamos cidadãos plenos. Isto acontece na medida em que você tem a clara noção de como se desenvolve o processo econômico e social brasileiro a partir do processo de produção, de qual é a parcela de contribuição efetiva dos trabalhadores e como estes são marginalizados através de mecanismos políticos e de manipulação pelo Estado e pelas elites que vêm ao longo dos anos excluindo os trabalhadores.

LV — E a CUT? Como ficou depois do IV Congresso?

DC — O congresso foi um desastre político. Agora, é claro, não foi obra do acaso, de indivíduos. É uma obra da insuficiência que tivemos na implantação de um novo modelo sindical brasileiro, baseado na defesa de

valores e conceitos como democracia, pluralidade, solidariedade, companheirismo. Não fomos capazes de desenvolver estes valores a contento e por isto entramos numa fase de história da CUT — a partir dos anos de 86, 87 — de acirramento muito forte nas disputas das correntes internas e de lideranças pelo aparelho sindical. Quando chegamos ao IV CONCUT havia um processo de deterioração interna, em cada sindicato, em cada regional. Foi um momento de choque muito profundo. A liderança sindical mais conseqüente, mais lúcida, mais sensível, sai do congresso questionando profundamente esta experiência e os descaminhos que estavam e estão nos mostrando. A partir daí, é claro, estamos fazendo esforços a nível das diversas instâncias da CUT — e Santa Catarina é uma parte importante neste processo — de pontuar estes problemas, colocando na nossa agenda o debate destes fenômenos e buscando identificar e diagnosticar as causas para buscar uma saída.

LV — Qual é a saída?

DC — A saída terá que ser o convencimento de todos nós de que a pluralidade é uma imposição natural do movimento social. A grande descoberta da comunidade universal neste final de século XX, é que a democracia é um valor fundamental nas relações pessoais, políticas e entre as instituições e implica em você respeitar o diferente. Implica em você respeitar as minorias. A democracia não é um valor para a maioria. É um valor para a minoria. Senão não precisaria existir democracia. Se não houvessem diferenças entre maioria e minorias todos seríamos uma espécie de vacas de presépio. Teria um chefe que diria o que fazer e nós abanaríamos a cabeça afirmativamente. Nos propomos a construir uma civilização de mulheres e homens cultos, de cidadãos plenos, e as instituições dos trabalhadores devem ser escolas de formação desses valores. Este é o nosso grande desafio: como é que a gente reinventa a prática sindical que foi nova diante daquela estrutura sindical esclerosada, falida, corrompida e dominada pelos interesses do Estado e das classes dominantes. Ainda que tenhamos criado uma experiência nova, esta tem que ser reciclada.

Ser Humano: que animal é este?

Dinovaldo Gilloli
Diretor de Cultura do Sinergia

Quem assistiu à peça “Informação para uma Academia”, baseada num texto de Franz Kafka, escrito em 1917, no último mês de outubro, no Teatro Alvaro de Carvalho, em Florianópolis, participou de um extraordinário espetáculo teatral.

Não bastasse a densidade do texto, onde um macaco relata a um grupo de acadêmicos sua experiência de convívio durante cinco anos com o mundo “dito” civilizado, o brilhante ator Miguel Ramos, dirigido pela competente Clênia Teixeira, dá um verdadeiro show de interpretação. A radicalidade da sua performance é tão surpreendente que parecia estamos diante de um verdadeiro chimpanzé.



O relato feito pelo macaco, durante o monólogo que durou 50 minutos, exigiu que o ator ficasse durante todo o tempo com os joelhos dobrados, além de acrobacias e gesticulações dramaticamente fiéis ao estilo simiesco.

A peça, além de emocionante, é de profunda reflexão. Nessa narrativa, o ser hu-

mado, com o atual estado de deformação e de submissão a que está submetido. A animalidade é explicitada de forma assustadora.

A “Informação para uma Academia”, com a admirável interpretação de Miguel Ramos e a lúcida direção de Clênia Teixeira, mostrou-nos a sujeição do indivíduo frente aos

sociedade que se pretende civilizada. Nela, o ser humano vive como se fosse uma marionete, atrelado a manipulações de todos os modos. Dentre estes, do aparelho ideológico do Estado.

Esse texto, embora escrito em 1917, traduz uma realidade muito próxima da que hoje vivenciamos. Pois como se já não bastasse a crise brasileira, ainda temos de conviver com a demência de um governo que tem submetido o povo a um estágio de miséria tão deplorável quanto a escravidão.

Por isso, mais do que nunca, cabe a cada um de nós exigir o direito de cidadania. Só esta conquista irá nos diferenciar, de fato, do animal irracional. Até lá, nossa “semelhança não será mera coincidência”.